

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JANAINA VITÓRIA DOS SANTOS DUARTE

**“ENTRE SABERES E PODERES”: As Influências da Família no
Desenvolvimento Psicossocial dos Adolescentes**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

JANAINA VITÓRIA DOS SANTOS DUARTE

**“ENTRE SABERES E PODERES”: As Influências da Família no
Desenvolvimento Psicossocial dos Adolescentes**

Trabalho de Conclusão de Curso –
Artigo Científico, apresentado à Coordenação
do Curso de Graduação em Psicologia do
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em
cumprimento às exigências para a obtenção do
grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Dr. Francisco Francinete
Leite Junior

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

JANAINA VITÓRIA DOS SANTOS DUARTE

**“ENTRE SABERES E PODERES”: As Influências da Família no
Desenvolvimento Psicossocial dos Adolescentes**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 07/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Dr. Francisco Francinete Leite Junior

Membro: Me. Joel Lima Júnior

Membro: Me. Isaura Caroline Abrantes Silva

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

“ENTRE SABERES E PODERES”: As Influências da Família no Desenvolvimento Psicossocial dos Adolescentes

Janaina Vitória dos Santos Duarte ¹

Francisco Francinete Leite Junior ²

RESUMO

O presente artigo buscou analisar a partir das contribuições teóricas do Michel Foucault, sobre poder, saber e subjetividade, quais as influências da família no desenvolvimento psicossocial do adolescente. Para isso, discorre-se como a família é construída ao longo da história, principalmente sobre uma perspectiva patriarcal, e como ela é entendida atualmente. Estrutura-se o percurso histórico da adolescência e seus impactos na família, considerando os aspectos que constituem esse período, e posteriormente, articula-se com os estudos Foucaultianos. De natureza qualitativa, este artigo foi elaborado de maneira narrativa a partir de uma revisão bibliográfica. Posto isso, correlacionou-se as discussões sobre a arqueologia do saber, a genealogia do poder e os modos de subjetivação em meio as relações familiares. Visto que a família é o primeiro espaço social que o indivíduo pertence, esta influencia no funcionamento e desenvolvimento de seus membros, de modo que os pais desempenham o papel de transmitir a ordem e regra social, vinculando-os à uma dada cultura, permeados por discursos construídos historicamente e perpassados por relações de poderes que constituem a subjetividade.

Palavras-chave: Poder. Saber. Família. Adolescência. Psicologia.

ABSTRACT

This article seeks to analyze, based on Michel Foucault's theoretical contributions on power, knowledge and subjectivity, what influences the family has on the psychosocial development of adolescents. To this end, it discusses how the family has been constructed throughout history, mainly from a patriarchal perspective, and how it is understood today. The historical journey of adolescence and its impact on the family is structured, considering the aspects that make up this period, and then articulated with Foucauldian studies. Qualitative in nature, this article was written in narrative form based on a bibliographical review. That said, the discussions on the archaeology of knowledge, the genealogy of power and the modes of subjectivation in the midst of family relations were correlated. Since the family is the first social space to which an individual belongs, it influences the functioning and development of its members, so that parents play the role of transmitting social order and rule, linking them to a given culture, permeated by historically constructed discourses and permeated by power relations that constitute subjectivity.

Keywords: Power. Knowledge. Family. Adolescence. Psychology.

¹Janaina Vitória dos Santos Duarte. Email: janainaduarte138@gmail.com

²Francisco Francinete Leite Junior. Email: francinetejunior@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A família pode ser considerada enquanto o primeiro elo do indivíduo com a sociedade, sendo a base e sede primária da aprendizagem humana nos âmbitos cognitivos, afetivos e sociais. Enquanto primeira instituição social do indivíduo, esta torna-se responsável pela transmissão da cultura e da constituição subjetiva, gerando grande impacto no comportamento de quem a compõe, mais especificamente do adolescente. Como influência no desenvolvimento pessoal do indivíduo, a família pode acender tanto possibilidades de um desenvolvimento sadio, quanto manifestações negativas à saúde mental, física e social (Dessen; Polonia, 2007).

O adolescente, enquanto membro dessa família, é permeado por questões que Papalia (2022) traz enquanto novas frente às outras fases da vida, pois, historicamente esta surge em torno das mudanças sociais ocorridas do século XX até a atualidade. Atualmente, há uma expansão da sua compreensão pois entende-se que esta designa-se como um período de maior preparo educacional e profissional, não sendo uma categoria exclusivamente biológica. Assim, adolescência é compreendida como um processo subjetivo que em sua totalidade, é permeado pela história e reflete os fatores socioeconômicos e culturais (Sousa; Silva, 2018).

Para compreender a família e o processo de subjetivação na adolescência sob a ótica institucional de exercício de poder, utilizou-se as articulações teóricas produzidas por Michel Foucault, que em seus estudos não se preocupava em conceituar o que seria propriamente saber ou poder, mas no que tange esse segundo, buscou tratá-lo enquanto “relações de poder”. Assim, traz a genealogia do poder em conjunto com modos de subjetivação no decorrer da história, pensando a efetivação nessas relações, não a partir de uma soberania ou impositivamente jurídica, mas em um âmbito mais sutil que indica gestos sobre os corpos, com uma série de “biopoderes” (Revel, 2011). Sendo importante sua análise, também, nas instituições familiares.

Nesse sentido, os estudos sobre a adolescência tornam-se ainda mais importantes diante dos níveis de sofrimento psicológico que cerca essa etapa da vida, tendo em vista os índices de adoecimento. Ademais, pesquisas sobre o assunto são de extrema importância para o arcabouço acadêmico, pois são temas atuais e que trazem impactos na atuação profissional quando voltados ao público em questão, contribuindo para uma maior visibilidade sobre um tema muitas vezes normalizado socialmente em prol de uma “sagrada família” e dos “bons costumes”.

Percebe-se academicamente, principalmente durante a formação, um nível ainda superficial de discussões sobre quais impactos psicossociais estão permeados nas relações familiares, principalmente quando estas apresentam-se de modo conturbado. Assim, para intervenções mais assertivas sob as relações familiares, se faz necessário um estudo mais aprofundado e que delimite com mais nitidez a influência desta instituição no desenvolvimento durante a adolescência.

De maneira particular, o estudo parte da experiência profissional com plantão psicológico ao público adolescente de uma escola de Ensino Fundamental II e Médio, relatando conflitos em suas relações familiares, sob a ótica de famílias de modelo autoritário ou negligentes, mas majoritariamente correspondente a esses extremos de funcionamento familiar. Ademais, atravessa-se de maneira singular quando permeadas pelas vivências pessoais e questionamentos que decorrem delas, sendo portanto, um tema difícil de ser discutido.

Assim, mesmo a família enquanto instituição seja uma das mais bem firmadas socialmente, o presente trabalho tem como problemática central: Quais as influências da família no desenvolvimento psicossocial dos adolescentes? Diante disto, o presente estudo está intitulado enquanto: “Entre saberes e poderes: A influência da família no desenvolvimento psicossocial dos adolescentes”.

Como objetivo central, este estudo buscou analisar as influências da família no desenvolvimento psicossocial dos adolescentes. De modo a, fazer uma leitura do que são os saberes e poderes segundo Foucault; analisar o que entende-se enquanto adolescência; e compreender como esta é desenvolvida na família a partir do processo de institucionalização, levando em consideração o processo de autonomia do adolescente, suas relações interpessoais e a vivência dos afetos.

2 METODOLOGIA

Da natureza da pesquisa, o presente estudo está delimitado enquanto qualitativa, pois possibilita uma maior análise de diferentes perspectivas, de métodos e abordagens, além dessas pesquisas como parte de um campo mais amplo de conhecimento (Flick, 2009). Pode ser usado na pesquisa qualitativa, técnicas interpretativas para descrever uma série de fenômenos sociais, entre seu contexto e sua ação (Neves, 1996). Foi elaborado de maneira narrativa a partir de uma revisão bibliográfica, ou seja, há uma maior abertura na coleta e análise dos dados, pois é menos

rígida nesses pontos, conseguindo abranger uma maior consulta e possibilitando um posicionamento crítico perante o estudo (Batista; Kumanda, 2021).

Assim, possibilita a delimitação de recursos históricos sobre a família e adolescência, bem como a análise da inter-relação entre eles, sem desvinculá-lo da sociedade, principalmente ao utilizar-se da filosofia do Foucault, mediante a concepção de poder/saber dentro das relações, em seu modo fluido e impreciso. Partindo por seu delineamento, a pesquisa bibliográfica foi constituída de materiais já construídos, incluído artigos; livros, teses, e dissertações, permitindo um olhar mais amplo sobre os fenômenos a serem investigados. Assim, a pesquisa foi realizada utilizando-se como base de dados: Scielo, Periódicos Capes, Google Acadêmico, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, a partir das palavras chaves: *Poder, Saber, Família, Adolescência e Psicologia*.

Dos critérios de inclusão e exclusão, foram considerados os artigos de revisão bibliográficas, em língua portuguesa, que tenham seus títulos condizentes com as palavras chaves aqui utilizadas, assim como o cerne de seus conteúdos analisados pelos resumos, delimitados em vinte anos. Além disso, não houve limitação quanto aos livros que possibilitam delimitações do percurso histórico e da fundamentação teórica/filosófica, bem como dos artigos e livros referentes a metodologia do trabalho científico. Não foram considerados artigos que fugiam da proposta filosófica aqui exposta ou que tinham suas palavras chaves não condizentes com as deste trabalho.

3 “A SAGRADA FAMÍLIA?”: Percursos históricos e conceitos educa(dor)es da família.

Muito embora o conceito de família esteja em constante mudança ao longo do tempo, esta pode ser entendida ao passo que está embasada não só sob um ponto de vista naturalista, da união de sexos opostos, mas também socialmente e culturalmente, partindo pelo pressuposto de que a criação dela decorre do rompimento de um membro de outra família, assim como da presença de linguagens, símbolos, representações, ideologias e marcadores geográficos específicos, tornando-se importante a compreensão de como a família se constitui e cresce ao longo da história (Roudinesco, 2009).

Ao entender a família nas mais diversas localidades, constata-se a existência na história, tanto do patriarcado na família, como também do matriarcado. Porém, estes devem ser entendidos em detrimento um do outro, visto que nos sistemas matriarcais a mulher era cultuada por seu poder de reprodução e não pelo domínio sobre o corpo do outro, como acontece nos

sistemas familiares patriarcais. Assim, quando se fala em autoritarismo, domínio sobre os corpos e poder, atenta-se a este último sistema, que permeia, é sustentada atualmente, e que vem caminhando por muito tempo (Prado, 1985).

Na sociedade romana, por exemplo, a família está posicionada sobre domínio do senhor de sua casa, o pai. Tendo a paternidade sob uma ótica cristã, o pai toma posse de seus filhos tanto biologicamente, quando simbolicamente, lhes dando o sangue e o nome, um marcador existencial. O mesmo acontece no período da aquisição, a família faz parte e é uma sociedade política cujo rei é representado pela paternidade, e mesmo com a conjuntura do estado e da nação sobre esta instituição, a relação pai e filhos é senão uma tentativa de preservação deste último, alienando suas liberdades em prol da sobrevivência (Roudinesco, 2009).

A família, dentro de uma sociedade conservadora, alicerçava-se sobre grande influência da Igreja, convencionada ao matrimônio e integrada na necessidade de mão de obra, de modo que a procriação era base para subsistência/sobrevivência de seus membros. Porém, muda-se sua estrutura a partir da revolução industrial e inserção da mulher no mercado de trabalho, fazendo com que o homem deixasse de ser o provedor do lar. Tal mudança possibilitou uma maior aproximação entre seus membros e conseqüentemente a formação do vínculo afetivo, pois a família passa a constituir-se de forma nuclear, com o êxito rural e maior convivência entre si. A família passa a ser vista, então, como um espaço de vínculos afetivos, sendo essa a sua base (Dias, 2021).

Considerada enquanto o primeiro elo do indivíduo com a sociedade, desenvolve-se com conjuntos de normas, padrões morais e comportamentais que se instalam e são repassados de modo intergeracional. Assim, os pais executam o papel de ensinar e/ou mediar as regras sociais aos seus filhos em busca de garantir a ordem e o respeito por parte deles, ganhando influência das mudanças sociais e buscando a evolução e preservação da família no qual faz parte. Diante desta influência da família no desenvolvimento do indivíduo, esta passa a moldar suas normas, ideias e comportamentos tanto de forma intencional aos seus componentes, quanto podem ser reproduzidos de modo não impositivo. A formação e desenvolvimento deste indivíduo surge em diferentes maneiras, quando permeado a cada forma de se relacionar exercido em cada família (Costa; Laport, 2019).

É importante entender a família na atualidade levando em consideração sua pluralidade, principalmente sob sua constituição, visto que o elo majoritariamente fundante da família se permeia pelo afeto. A noção de família que melhor se adequa a contemporaneidade se apresenta pela Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), de modo que a família é

“compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa” (Art. 5º, II). Criticamente, contudo, há uma visão de família mais problemática, com guerras silenciosas, feridas escondidas, e lembranças “esquecidas” (Roudinesco, 2009).

Até 2002, o que se entende hoje por poder familiar, consolidando os direitos e deveres das famílias sob os membros menores de 18 anos, era constitucionalmente destinado ao pai: “Pátrio poder”, legitimado pelo Código Civil de 1916, muito alicerçado nas ideologias patriarcais de um senhor/rei/dono da família. Atualmente esse código foi revogado pela Lei nº 10.406, de 10.1.2002 visando a criação e educação do filho como responsabilidade da família, legalmente e moralmente, disposto no **Art. 1.634**, de modo que:

I - dirigir-lhes a **criação e educação**; II - tê-los em sua companhia e guarda; III - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para casarem; IV - nomear-lhes tutor por testamento ou documento autêntico, se o outro dos pais não lhe sobreviver, ou o sobrevivente não puder exercer o poder familiar; V - **representá-los**, até aos dezesseis anos, nos atos da vida civil, e **assisti-los**, após essa idade, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento; VI - reclamá-los de quem ilegalmente os detenha; VII - **exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios** de sua idade e condição. (BRASIL, 2002. grifo próprio)

Dias (2021) ressalta que apesar da mudança, ainda há destaque no poder e não na responsabilidade e obrigação dos pais no princípio de proteção, legitimando assim, uma autoridade. Partindo do pressuposto que esta lei perdura até a maioridade, o poder familiar é realmente extinguindo após os 18 anos? Já que enquanto uma instituição social, a família permeia por entre as relações de poder, tanto que em lei é exigido tal obediência, sendo as relações familiares primordiais na constituição da subjetividade.

No filme “Red: Crescer é uma fera” (2022) a personagem principal, Mei Lee está passando pela fase da adolescência com fortes influências da sua família sobre a forma como vive seus afetos e suas relações. Além de vivenciar dificuldades frente a sua autonomia, com uma mãe superprotetora, ainda resiste sob os impactos das feridas intergeracionais de sua família, que foram silenciosamente “colocadas em baixo do tapete”, mas que assolam as relações afetivas nucleares e extranucleares. Assim como no filme, quantas famílias não escodem suas feridas sob um *band-aid* da autoridade e da posse? Parece mais fácil que, não conseguindo lidar com os próprios sentimentos, projeta-se a quem se tem domínio: “sei, logo posso”.

Sendo o alicerce das fases da vida, a família participa ativamente dos desenvolvimentos nos âmbitos de ordem biológica, psicológica e social. E, visto que há em sua constituição um forte olhar social, além da influência do campo afetivo entre seus membros, esta pode apresentar

muitos conflitos que dão força aos discursos com indícios religiosos e ideológicos do declínio da figura geral da família. Ao considerar a adolescência, esses conflitos podem evidenciar-se principalmente quando esses pais carregam em si suas vivências familiares também conflituosas, tendo em vista que, ao mesmo tempo que cabe a esta família a responsabilidade pelo desenvolvimento da personalidade e saúde deste adolescente, a culpa pelas questões que perpassam essas dificuldades não podem ser vista de maneira individual, visto que ela encontra-se em uma configuração social que muitas vezes reforça certos tipos de valores, ideias e comportamentos. Portanto, a família não está desvinculada da sociedade, mas ambas são co-afetadas pelo dinamismo social (Oliveira, 2018).

Portanto, quando na família é percebido um clima empático e de apoio, o adolescente tenderá a sentir-se com maior bem-estar, e em contrapartida, quando não há um sentimento positivo, tenderá a haver maiores conflitos intrafamiliares. Além disso, há na família uma transmissão intergeracional desses fatores emocionais, visto que a forma como o adolescente vive e é tratado afetuosamente na família, poderá ser transmitido ao formar seu próprio núcleo família. Tendo isso, utilizou-se os termos “formas de relacionar-se” em detrimento dos “estilos parentais” a fim de não restringir um sistema complexo à determinados padrões. Assim, tais relações trazem grande impacto na saúde biopsicossocial de seus membros, de maneira que as relações que decorrem da forma como os pais interagem com seus filhos podem vir a influenciar positivamente ou negativamente o desenvolvimento do adolescente, posto que as relações que deslegitimam a autonomia e liberdade do adolescente, com educações que utilizam de violência, geram maiores interferências (Teodoro; Baptista, 2020).

4 Entre Laços e nós: A adolescência na/da família

A adolescência é constituída por fatores psicossociais influenciadas pela cultura e história, não delimitado em um conceito único, mas abrangendo-se às diversas formas de ser e estar, ou seja, há várias formas de vivenciar a adolescência. Posto isso, historicamente, esta foi vista desde a Antiguidade como uma fase de maior criticidade, submetendo os mais jovens ao adestramento para prepará-los à vida adulta. Assim como, inicialmente, na Idade Média tanto as crianças quanto os adolescentes eram tratados como miniadultos, não havendo uma delimitação desta. Contudo, sob influência de Aristóteles, houve ainda nessa época a chamada terceira idade, correspondendo a fase de procriação, e delimitada, ainda que com ressalvas,

enquanto adolescência. Só foi, porém, observada como tal, com o advento da industrialização e obrigatoriedade dos sistemas educacionais (Schoen-ferreira, *et. al.*, 2010).

Mas é no século XXI, diante das reestruturações sociais e familiares e sob a influência de ambos, que o adolescente passa a ser visto como sujeito de direitos, identificando as peculiaridades dessa fase e a importância da proteção do Estado sob ela (Schoen-ferreira, *et. al.* 2010). Assim, na sociedade industrial a criança passa a ser separada das responsabilidades dos adultos, diante das leis trabalhistas e do sistema educacional (Salles, 2005).

Permeados pelos contextos no qual estão inseridos, a adolescência é resultado de uma nova forma vivenciar o/no mundo (subjetividade), pois difere-se da infância, não como uma fase crítica repercutida sob influência das teorias maturacionistas, mas como um novo funcionamento psíquico. As crises envolvendo esse período do desenvolvimento relacionam-se de modo dialético com as significações e interpretações feitas pelo adolescente, assim como pela forma como modifica-os. Posto isso, “O conteúdo negativo atribuído a tal período nada mais é que a forma inversa de compreender o desenvolvimento cultural das funções psicológicas superiores e suas qualitativas mudanças” (Souza; Silva, 2018, p. 26).

Posto que a adolescência, entendida hoje como uma fase do desenvolvimento humano teve durante seu percurso um olhar maturacionista, faz-se importante a diferenciação dessa fase com a puberdade. Essa segunda, compreende-se enquanto um marcador biológico, com mudanças fisiológicas que demarcam culturalmente a finitude da infância, e início das manifestações específicas da adolescência (Lírio, 2012).

A puberdade é então, uma parte da adolescência que marca o início da capacidade reprodutiva, podendo durar em torno de 4 anos até que todas as mudanças (esqueléticas, dos órgãos, das características sexuais e da composição corporal) sejam alcançadas. Diferente da adolescência, a puberdade apresenta-se enquanto um fenômeno universalizado, muito embora haja fatores intrínsecos e extrínsecos ao sujeito, de modo que condições ambientais (psicossociais, socioeconômicos, nutricionais, hormonais e climáticos) interferem nesse processo, ao “antecipar” ou não os marcos puberais, como a menarca ou semenarca (Lourenço; Queiroz, 2010).

Entendendo as mudanças nessa fase do desenvolvimento enquanto típicas, utilizou-se as discussões realizadas por Aberastury (1981) para explicar a vivência do luto nesse período, não adentrando, porém, em um lugar de normatização ou patologizações desses aspectos, mas entendendo-os como características existentes do processo. Todas as transformações típicas desse período, corporais e sociais, são tidas no início como invasões, ante a vivência de

inúmeras perdas: de um corpo infantil, da identidade infantil e dos pais da infância, e todas elas implicam em um processo de elaboração do luto, que demanda tempo (Aberastury, 1981). Tais processos contribuem para vivência de contradições sentimentais, pois o adolescente passa a buscar em si e no outro, uma nova forma de ser, influenciando um olhar paradoxal do adolescente moderno (Silva; Mendes, 2015).

A aceitação da perda do corpo é dupla, posto que não é só esse corpo infantil que se vai, mas é uma nova posição que coloca esta frente a uma demarcação de procriação, diante da menarca e semenarca, e da necessidade da formulação de uma nova identidade. Nessa busca pela nova identidade e de novos papéis, essa identificação “maturada” inclui as significações anteriores, as do presente momento e das quais tem tendência, ressaltando a influência da família e da sociedade nesse percurso (Aberastury, 1981). Para Erik Erikson a busca pela identidade não deve ser vista de modo patológico, mas como um funcionamento saudável que se sustenta nas etapas anteriores e que irá alicerçar a vida adulta, embora não seja em sua totalidade fechada ainda na adolescência. Confronta-se a crise de identidade, desenvolvendo uma percepção de si diante do papel que desempenhará na sociedade, seus valores e crenças e as direções que deseja seguir (Papalia, 2022).

Além disso, há a dificuldade dos pais em aceitar o crescimento diante da adolescência, posto a sensação de abandono que decorre desse processo de maior autonomia, o modo como estes interagem no processo, dificulta a elaboração do luto. O adolescente tenderá a abandonar progressivamente os pais da infância, com contradições, ao passo que se projeta à outras figuras tais papéis (Aberastury, 1981).

É nesse período que se vivencia a reestruturação não só física, mas também psíquica, e a sexualidade insere-se durante. Apontado muitas vezes enquanto fonte de preocupação, a sexualidade é constituinte da identidade que já vinha sendo construída, mas que ganha caráter “definitivo” na adolescência. Porém, ao passo em que estes aspectos sofrem influência das mídias em um caráter mais liberal, depara-se também, com a moralidade da família, de modo que há a vivência paradoxal entre desejo/proibição, dando lugar as inseguranças, medo e culpa. Além disso, a vivência afetiva na adolescência atualmente, entendendo essa enquanto uma construção histórico-cultural, permeia pela necessidade de envolvimento afetivo, mas medo em entrega-se e relacionar-se, não criando então, vínculos duradouros (Silva; Mendes, 2015).

Definindo-o a adolescência diante desse empasse de ser “criança” para algumas coisas e ser “adulto” para outras, há influência na ideia de que esta fase é então uma transição, e o saber psicológico tomando posse desse processo, delimita o normal e anormal a partir das faixas

etárias, mas como colocado anteriormente, não é de interesse desse estudo a normalização. Assim, sabendo que o adulto seria a figura de maturidade, e que só ele saberia conduzir a própria vida e dos que a ele são “subordinados”, o adolescente é submetido as instituições socializadoras para atingir esse ideal. Há na contemporaneidade, todavia, uma dificuldade na limitação entre a infância, a adolescência e a vida adulta, diante da aceleração social e da imersão da tecnologia no cotidiano das crianças e adolescentes, não havendo controle sobre o que está sendo consumido, e conseqüentemente dificulta-se o processo identitário diante das confusões acerca dos papéis geracionais (Salles, 2005).

Ao compreender a família enquanto um sistema que está em constante processo de transformação, a adolescência pode ser considerada como uma crise não apenas de uma fase do desenvolvimento, mas de todo um contexto familiar. A adolescência de um membro da família influencia no funcionamento familiar, e os conflitos vivenciados nessa fase trazem implicações para conflitos a serem vivenciados de forma mais abrangente na família, com o aumento de brigas e disputas entre os filhos adolescentes e seus pais (Pratta; Santos, 2007).

Diante disso, há crises de autoridade e de valores, visto que os pais não sabem como impor seus padrões e práticas educativas, ao passo em que os filhos são vistos como sujeitos de direitos. Portanto, parece haver um processo de transição do lugar ocupado pelo adolescente e dos pais na sociedade, o que traz implicações para as relações sociais, e especificamente para as formas como relacionam-se entre si, muito embora permaneça ainda o poder do adulto (Salles, 2005).

Posto as diferenças entre as relações familiares, sejam elas delimitadas socialmente enquanto tradicionais ou pós-modernas, cada família definirá em seu cerne o funcionamento frente à seus valores, ideias e, inclusive, do exercício de sua autoridade. Autoridade essa, entendida como controle de um membro sobre os demais, visto as diferentes posições em um jogo de poder que é vivenciado perante os direitos e deveres à cada membro familiar. Ao passo que na modernidade, a horizontalidade surgida nesse processo transicional da família implica na forma como essa autoridade é exercida, quando posto na lógica igualitária das relações, esse poder é questionado. Assim, a forma como a família lida, por exemplo, com a autonomia do adolescente, prediz à situações desagradáveis na vida adulta, por ser a família um constituinte no processo saudável ou não das transições da adolescência e do próprio sistema familiar (Stengel, 2011).

5 “SEI, LOGO POSSO?” Discursos de saber, Exercício de poder e Relações familiares.

*“Honrar seus pais parece ótimo, mas, se você levar isso muito a sério, bem, você pode esquecer de honrar a si mesmo.”
(Red: Crescer é uma fera, 2022).*

Para entender o exercício de poder familiar a partir dos saberes, e como estes influenciam no desenvolvimento do adolescente, retornou-se aos conceitos adotados por Foucault referente ao saber, poder, biopoder. À vista disso, é possível aproximar-se das obras ao trazer os procedimentos para análise da realidade a partir de três perspectivas: arqueologia do saber, genealogia do poder e os processos de subjetivação.

Como arqueólogo do saber, Foucault analisa a epistemologia de cada época, articulando e vinculando os saberes às instituições, definindo-os em seus discursos, enunciados, objetos e sujeitos. Por saber, apreende-se os discursos que carregam certa “positividade” delimitado nas relações entre domínio discursivo, posição, movimento em que surgem, são definidos e aplicado, e a perspectiva que são utilizadas em tais discursos (Castro, 2016). Posto isso, para Foucault a verdade é “o conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeito específico de poder” (Foucault, 1979, p.37).

Diferencia-se, portanto, saber de conhecimento na medida em que este primeiro não é fixo e racional, mas um processo que modifica o sujeito posto ao objetivo de conhecer. Independe de classificações quanto a sua cientificidade, se é artístico ou filosófico, mas aproxima-se da possibilidade de entender como é possível um saber ser considerado “verdade” em desfavor de outros saberes. Não há, portanto, uma hierarquização dos saberes, entre a medicina e a família, por exemplo, mas aproximar de como estes foram constituindo-se historicamente. Assim, “o saber implica tanto uma relação com os objetos do conhecimento (movimento de objetivação) quanto com o si cognoscente (processo de subjetivação) (Revel, 2011).

Neste processo, há a tentaria de descrever como conceitua-se os saberes, entendendo a verdade enquanto uma produção histórica que se estrutura e se transforma. Na arqueologia, busca-se entender como essas verdades se constituem e se inserem junto às instituições, não apenas relacionados à ciência, mas também ao próprio saber. Como, então, os saberes familiares são construídos e funcionam dentro das relações inter e extra nucleares? Ou seja, difere-se arqueologia da epistemologia, pois essa primeira independe de suas relações com a cientificidade, chegando a torna-se uma crítica ao próprio sujeito racional, pois busca a enunciação do discurso em seu conjunto de práticas, e não em uma ciência que procura produzir

uma “política da verdade”. Sobre isso, a cada época há em seu cerne do conhecimento a manifestação particular dos saberes, que delimitam o que, quem e como pode enunciar, assim como, à qual instituição será vinculado e a sua ordem. Trata-se então, de suspender uma categoria totalizante, unitária e global (Yazbek, 2013).

Foucault definiu, assim, a noção de epistémê buscando delimitar um solo no qual move-se os saberes. Há cada época determina-se uma ordenação dos saberes que os constitui, assim como as formas de pensar e compreender a realidade. Os saberes relacionados à família e como relacionavam-se de modo internuclear e extranuclear produzem e sofrem influência dessas verdades ao longo da história. A noção de epistémê se estabelece perante as formações discursivas que promovem condições para o funcionamento da função anunciativa, sob a época, economia, geografia e posição social no qual se encontrará. É descrito então, em seu encargo de possibilidade, livrando-se das formas racionais e objetivas, assim caminhando para uma horizontalidade dos saberes cuja estrutura põe inevitavelmente o sujeito de sua época à uma estrutura de pensamento. Posto isso, o sujeito é senão, um enunciado social (Castro, 2016).

Todavia, houve na arqueologia algumas descontinuidades que inauguram a divisão da epistémê em três tempos: epistémê da renascença, epistémê da idade clássica e epistémê da idade moderna, no qual estuda-se três domínios do saber: a linguagem, os seres e as riquezas. De modo que, ainda que descontínuo, houve um corte epistemológico de uma época à outra, constituindo novos saberes, métodos de pesquisa e objetos. Porém, não será abordado um estudo detalhado das três epistémê, mas uma breve descrição dessas.

A primeira epistémê demarca os saberes categorizando-os em sua semelhança, a partir de suas ordens: a conveniência, a emulativo, a analogia e a simpatia, assim, “Para o saber deste período, conhecer é descobrir pela semelhança as marcas do signo na coisa” (pag. 71). Na epistémê da idade clássica, o saber será regido pela ordem, no campo da gramática geral (domínio das palavras), no campo da história natural (domínio dos seres) e no campo da análise das riquezas (domínio das necessidades), aqui o pensamento é ordenado pela linguagem. E por fim, epistémê da idade moderna, onde o fundamento do saber não se encontra mais em uma teoria da representação ou da ordem, mas da história, e assim, surge uma nova forma: o homem. Portanto, as palavras e as coisas coexistem ao homem, sendo este segundo, princípio e objeto do saber (Yazbek, 2013).

Posto isso, o sujeito do conhecimento é construído nas relações de poder. Ou seja, enuncia-se inúmeras nomenclaturas a fim de um reducionismo, como o louco e o normal, o magro e gordo, o feio e o belo. Sendo então, a cada época designado uma identidade a partir das relações

de saber/poder. Assim como a adolescência transforma-se a cada época e constrói a forma de ser adolescente a partir das relações familiares em exercício de saber e poder. Pois “um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidos pelo discurso” (Foucault, 2009, p.204).

Ampliando o campo de investigação para além das práticas discursivas, Foucault aborda princípios metodológicos na análise do poder, de modo não a torna uma ruptura à arqueologia, mas a acrescenta à análise da formação do sujeito (Castro, 2016). A genealogia pretende localizar as relações de poder e de política perpassadas pelo âmbito do saber, ou seja, das possibilidades de relações políticas do discurso. Assim, o poder político não se ausenta de saber, mas funciona por meio dele, bem como é construído historicamente de modo a analisá-los em seus aspectos “microfísicos”, visto que o poder aqui, não tem caráter meramente repressivo, mas está carregado de uma positividade e de produção que induz o sujeito à comportamentos e gestos, adestrando-o (Yazbek, 2013).

Na família, os atos de controle não necessariamente seguem um caráter repressor e punitivo, mas são exercidos a partir de normatizações dos lugares ocupados e atravessados por uma rede de necessidades e desejos, “empurrando-os” a determinados caminhos. Assim, “serás um bom filho” se seguir os preceitos impostos, em uma educação que tende a obrigar os jovens a curvarem a cabeça, de modo que os pais devem se esforçar a instruí-los para que não os envergonhem ou desonrem, como exposto na Bíblia Sagrada.

Conforme Lynch (2018), Foucault não buscava conceituar o que é poder, pois fornecendo essa resposta desvalorizaria as teorias na medida em que elas dariam respostas a tudo. Assim, ao utilizar a terminologia “teoria”, deve-se entendê-lo enquanto hipóteses que sustentam diversos dados passíveis de revisão, ou, como disposto pelo Foucault “uma analítica de poder”. Posto isso, poder coexiste com e pelas relações sociais em suas diversas formas, meios e técnicas. Ao falar do mecanismo de poder, Foucault discorre a teoria sobre “relações de força”, ou seja, são processos que em sua multiplicidade fazem existir as relações de poder, não sendo em essência uma forma concreta, como as leis, mas se dispõem como inerentes aos outros tipos de relações de desigualdade e desequilíbrio, e são exercidos sob discursos, manobras e estratégias.

As mídias, (televisão, redes sociais, filmes) demarcam normativas e contribuem para constituição do que forma o sujeito, seus gostos, desejos, afeições, comportamentos e imaginações. A forma de ser no mundo é dada e concreta, a isso Foucault conceitua de poder disciplinar, que perpassa pelas instituições sociais, entre elas a família. Frente a isso, molda-se

um ideal de sujeito, apático e alheio ao seu estado de vida, que segue o fluxo no qual é submetido sem que haja criticidade de percebe-se nesses espaços. De antemão, como submetido a autoridade ou especialista, de médicos à pais, os comportamentos impostos delimitam um lugar ocupado em uma relação de poder e disciplinamento. Tais relações exercidas em níveis econômicos, cognitivos, emocionais e corporais, contribuem para o processo, inclusive, de patologização da adolescência. Assim, entre o normal e o patológico, a adolescência tida como um período crítico, é construída na história e cultura diante desses processos (McGushin, 2018).

A posteriori, no decorrer de sua teoria e com a explosão demográfica, biológica e sociológica, há o surgimento do biopoder, permeado pela perspectiva anatômico-política e de biopoder da população. Esse primeiro, disposto aos mecanismos de poder disciplinar, prescrevem condutas ante as regras e normas, fabricando corpos de fácil manipulação e manuseio, pois já não há uma aniquilação da vida em sua forma literal, mas um controle sobre ela. Desse modo, os corpos dóceis são observados e analisados perante uma norma, assim como punidos por ela. (Silva; Júnior, 2023) À vista disso, encontra-se os dialetos populares como: “comeu do meu feijão, provará do meu cinturão”, cinturão esse não necessariamente físico, mas estruturado sob um discurso de força e autoridade, que submete esse outro a um sistema de desempenho e de boa conduta.

Não exclusivamente opressor, o poder é exercido nas relações não igualitárias, ou até mesmo, em um certo nível de igualdade. Dessa forma, ao passo que as relações familiares coexistem aos exercícios de poder, ambos percorrem por meio das relações de força e resistência, tornando-se produtores de modos de subjetivação. Não é um exercício de poder unilateral, ou seja, dos pais para os filhos, mas das relações em que um exerce poder sobre o outro, colocando-os ambos neste lugar (Feder, 2018).

Essa sociedade normalizadora/normalizada, sustenta-se por uma existência não jurídica-soberana, mas biológica. Assim, essa norma será aplicada tanto ao corpo disciplinado, quanto a uma sociedade regulada, entrelaçando esses dois (norma da disciplina e norma da regulação), centradas na vida (Castro, 2016) De modo que “o indivíduo não é um vis-à-vis do poder; é, acho eu, um dos seus efeitos primeiros. O indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu (Foucault, 1999, p.35). Segundo Taylor (2018), as práticas cristãs, por exemplo, submetem os indivíduos perante preceitos, regras e dogmas, à subordinação em prol da salvação, de modo que ele se constitui a si mesmo diante destas práticas. Posto isso, a família

que historicamente é influenciada pelas práticas cristãs, manifestam normas que contribuem para o estabelecimento da relação do sujeito consigo e com o outro.

Portanto, “não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral da minha pesquisa” (Foucault, 1995, p.232), de modo a propor pensar a subjetividade como uma vir a ser, torna-se sujeito. Utiliza-se de uma abordagem histórica que considera os discursos, o campo dos saberes que tecem influência sobre esse sujeito, as dominações e estratégias de poder e a relação consigo. Dessa forma, os modos de subjetivação podem ser analisados tanto por um processo de objetivação do sujeito, que incidem em classificar e dividir por meio de técnicas de governamentalidade, quanto por meio das técnicas de si, onde o sujeito se escreve e retorna a escrita pra si (Revel, 2011).

Nessa complexa busca, marcada por uma cobrança social em tornar-nos nós mesmo, nos deparamos com o estranhamento si paralelo a uma vinculação a si. Essa busca de si diante da constituição da subjetividade é denominada por Foucault de “cuidado de si, é o que fazemos de nós. O “eu” é então, tanto o que se procura, quanto o ato de procurar, ele não é apenas um produto, mas se constrói no ato, no percurso do vir a ser. A subjetividade, perpassada pelos processos de governamentalidade, constroem sujeitos acrílicos, dóceis e de fácil manipulação, de modo a estabelecer uma forma de ser um tanto preestabelecida. (McGushin, 2018). Porém, na medida em que são exercidas tais práticas, são exercidas também resistências, que por meio da crítica possibilita questionamentos quanto aos poderes e discursos de verdade, possuindo caráter emancipatório, visto que embora estejamos imersos nas relações de poder, não somos determinados por elas (Taylor, 2018).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os objetivos delimitados nesse estudo foram alcançados, de modo que diante do exposto no decorrer, a família é um fator fundamental no processo de constituição da subjetividade humana, pois permeada pelas normas sociais, influencia o modo como cada um irá relacionar consigo e com o outro. Enquanto uma instituição, essa sofre os impactos históricos e culturais de cada época, sustentada principalmente pelas ideologias patriarcais e religiosas, que demarcam uma posição específica a ser ocupada por cada um de seus membros. Assim, as relações familiares trazem impactos nos campos afetivos e emocionais, influenciando positivamente ou negativamente a forma como o sujeito adolescente não só viverá essa fase, mas também, os próximos que virão.

Assim como a família, a própria adolescência é construída ao longo da história e sofre os impactos dela. Embora seja vista inúmeras vezes de forma reducionista, patologizante e estigmatizante, a adolescência compreende as diversas formas de ser e estar no mundo, sendo uma fase que, apesar de transicional (da infância à vida adulta), é legítima e carregada de importantes processos. Portanto, tendo em vista as incontáveis mudanças desse período, a adolescência não é sentida apenas pelo sujeito que passa por esse período, mas também pela família que tenderá a se reajustar.

Posto isso, todos os membros, e especificamente o adolescente pode vir a se construir entre as várias formas de estar nessas relações familiares, de modo a se perceber nos mais diversos espaços (externos e internos) caminhando em busca de amor, respeito e compreensão, assim como se colocar como fonte disso. Porém, pode também, passar despercebido pela vida, como um robô que é configurado a viver de uma dada maneira, parecendo-lhes mais “fácil” se pôr como uma tabula rasa, uma esponja que tudo absorve e nada reflete.

“Seja uma boa filha”, “Honre seus pais”, “respeito é bom e preserva os dentes”, entre tantos outros discursos, refletem à um padrão de vida que deve ser seguido e que já parece estar preestabelecido sobre o que ser filho, pai, mãe, adolescente. Assim, entre as inúmeras normas dispostas, interage-se com “quem sabe mais” em tentativas deliberadas de tornar-se bem ajustado, buscando a felicidade e produtividade.

Todavia, onde há poder, há também resistência, e para além da existência das influências da família sobre o desenvolvimento do adolescente, cabe-nos refletir sobre o lugar ocupado por cada um nessas relações e na sociedade de modo mais amplo, visto que tanto os indivíduos, quanto a família não estão à parte dela, mas são construídos por ela. Desse modo, se faz importante discutir, problematizar e refletir sobre as práticas educativas e as relações familiares, a fim de um aprofundamento sobre o tema, e conseqüentemente, um maior respaldo para a prática profissional de psicologia.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- BATISTA, L.D.; KUMANA, K.M.O. **Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica**. Itapetininga: Rev. Bras. de Iniciação Científica, v.8, p. 1-17, 2021.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 28 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 28 set 2023.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

COSTA, K.A.; LAPORT, T.J. **Família e sociedade: Uma análise sobre o processo do desenvolvimento humano**. Revista Mosaico, 2019. Disponível em: <http://editora.universidadevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1784/1161>. Acesso em: 15 nov. 2023.

DESSEN, M.A., POLONIA, A.C. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano**. Distrito Federal: Paidéia, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003>. Acesso em 3 nov. 2023.

DIAS, M. B. **Manual de Direito das Famílias**. 14. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

FEDER, E.K. Poder/Saber. In: TAYLOR, D. **Michel Foucault: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2018. (p.76-93)

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Foucault, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

Foucault, M. **Em defesa da sociedade: curso no collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Foucault, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Foucault, M. Sobre a genealogia da ética uma revisão do trabalho, O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul, DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

LÍRIO, L.C. **A construção histórica da adolescência**. São Leopoldo: EST, v. 1, 2012. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/view/14/120>. Acesso em: 31 out. 2023.

- LOURENÇO, B.; QUEIROZ, L.B. **Crescimento e desenvolvimento puberal na adolescência.** São Paulo: Rev. Med., 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/46276/49930>. Acesso em: 1 nov. 2023.
- LYNCH, R.A. **A teoria do poder de Foucault.** In: TAYLOR, D. Michel Foucault: Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Vozes, 2018. (p. 23-40)
- MCGUSHIN, E. **A teoria e a prática da subjetividade de Foucault.** In: TAYLOR, D. Michel Foucault: Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Vozes, 2018. (165-184)
- NEVES, J.L. **Pesquisa Qualitativa: Características, usos e possibilidades.** São Paulo: Caderno de Pesquisas em Administração, v.1, n.3, 1996.
- OLIVEIRA, M.R. **Estudos sobre a adolescência e os conflitos sociofamiliares.** Brasil: Psicologia.pt, 2018.
- PAPALIA, D. E. **Desenvolvimento humano.** 14. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.
- PRADO; DANDA. **O que é família.** São Paulo: Coleção Primeiros Passos, 1985.
- PRATTA, E.M.M.; SANTOS, M.A. **Família e adolescência: A influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros.** Maringá: Psicologia em Estudo, v. 12, n. 2, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000200005>. Acesso em: 10 set. 2023.
- Red: Crescer é uma fera. Direção:** Domee Shi. Disney: Pixar, 2022.
- REVEL, J. **Dicionário Foucault.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- ROUDINESCO, E. **A Família em Desordem. Rio de Janeiro:** Ed. Jorge Zahar, 2002.
- SALLES, L.M.F. **Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos.** São Paulo: Estudos de Psicologia, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2005000100005>. Acesso em: 5 nov. 2023.
- SCHOEN-FERREIRA, et. al. **Adolescência através dos Séculos.** Brasília: Psic.: Teor. E Pesq., Vol. 26, n. 2, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000200004>. Acesso em: 19 out. 2023.
- SILVA, I.C.A.; JÚNIOR, F.F.L. **População em situação de rua em cena: Direitos humanos frente ao neoliberalismo.** In: SOUZA-SILVA, J.R. de. Temas Contemporâneos em Psicologia: Ensino, Ciência e Profissão. 1.ed. Curitiba: Editora Bagai, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-276-4.06.09.23>. Acesso em: 9 nov. 2023.
- SILVA, T.C.; MENDES, D.F. **A contemporaneidade acerca da adolescência e a sexualidade.** Psicologia e Saúde em Debate, v.1, n.1, 2015. Disponível em:

<http://www.psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/V1A1/1>. Acesso em 2 nov. 2023.

SOUZA, C.; SILVA, D. N. H. **Adolescência em debate: contribuições teóricas à luz da perspectiva histórico-cultural**. Maringá: Psicol. estud., v. 23, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v23.e35751> Acesso em: 29 set. 2023.

STENGEL, M. **O exercício da autoridade em famílias com filhos adolescentes**. Belo Horizonte: Psicologia em Revista, v. 17, n. 3, p. 502-521, 2011. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/P.1678-9563.2011v17n3p502/3773>. Acesso em 5 nov. 2023.

TAYLOR, D. Práticas de si. In: TAYLOR, D. **Michel Foucault: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2018. (p. 221-237)

TEODORO, M.L.M.; BAPTISTA, M.N. **Psicologia de Família: Teoria, Avaliação e intervenção**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2020.

Yazbek, A.C. **10 lições sobre Foucault**. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.